

**POLÍTICA EXTERNA DOS
ESTADOS UNIDOS EM RELAÇÃO À
AMERICA LATINA NA
ADMINISTRAÇÃO DE HARRY S.
TRUMAN**

ANELISE SUZANE FERNANDES COELHO

Mestranda em História (UFMG)
suzaneanelise@gmail.com



RESUMO

O ano de 1945 marcou a história mundial, o fim da Segunda Grande Guerra gerou profundas mudanças na dinâmica das Relações Internacionais. O cenário político estava carregado de tensão, a ascensão de duas forças ideologicamente antagônicas, os Estados Unidos e a União Soviética, assustava o mundo pós-guerra, principalmente diante da existência de arsenais nucleares. Nesse contexto, a política externa estadunidense foi marcada por diversas políticas que visavam conter o “avanço soviético”, em especial na América Latina, considerada área de influência histórica dos Estados Unidos. a “política da boa vizinhança”, não-intervencionista, foi substituída pela antiga formula intervencionista. O presente trabalho objetiva analisar as políticas dos Estados Unidos para a América Latina no governo do democrata Harry S. Truman.

Palavras-chave: guerra fria, América Latina e política externa.

ABSTRACT

The year of 1945 marked the worlds history with the end of the Second Great War and, consequently, for deep changes in the worlds foreign policy. The new dynamic was filled with tension, in front of the ascendance of two ideological opposed powers, the United States and the Soviet Union, whose developed foe positions and a rivalry that scared the post war world, specially due to the existence of nuclear arsenals from both sides. In the presented context the United States foreign policy was shaped for a large range of political views that had as its main objective stop the "soviet advance", particularly in Latin America, historically United States influence area. In order to adapt itself in the new world context the United States changed radically its foreign policy, the so called "Good Neighbor", not interventionist, was replaced by the National Security policy, sustained with intervention, if necessary. The present work aims to analyze the United States policy towards Latin America during Henry Truman's administration.

Keywords: *cold war, Latin America, foreign police.*

RESUMEN

El año de 1945 marcó la historia del mundo con el fin de la Segunda Grande Guerra y, por consiguiente, por profundos cambios en la política exterior del mundo. La nueva dinámica estuvo llena de tensión frente a la ascendencia de dos potencias ideológicas opuestas, los Estados Unidos y la Unión Soviética, cuyo enemigo desarrollado posiciones y una rivalidad que miedo el mundo de la postguerra, especialmente debido a la existencia de los arsenales nucleares de ambos lados. En el contexto presentado los Estados Unidos fue optó por una política exterior que tenía como objeto principal detener el avance de los soviéticos especialmente en América Latina, área de influencia histórica de los Estados Unidos. A fin de adaptarse en el nuevo contexto mundial, los Estados Unidos cambiaron radicalmente su política exterior, la así llamada "Good Neighbor Policy", política no intervencionista, fue reemplazada por la política de seguridad nacional, sostenida con intervención, si es necesario. El presente trabajo pretende analizar la política de Estados Unidos hacia América Latina durante la administración de Henry Truman.

Palabras claves: guerra fría, América Latina y relaciones internacionales.

1 INTRODUÇÃO

As relações dos Estados Unidos (EUA) com a América Latina fazem parte da agenda política oficial desse país desde o século XIX. Em 1776, quando declararam sua independência do Império Britânico, as Treze Colônias Inglesas organizaram uma verdadeira revolução. Desde a fundação da nova nação, ainda no século XVIII, Thomas Jefferson, um dos “pais fundadores”, já demonstrava interesse nos assuntos relacionados à América Latina. Ele acreditava que as idéias da revolução americana se espalhariam pelo hemisfério e que, ao levar as idéias revolucionárias para os outros países do continente, a América Latina poderia se abrir para um controle mais direto dos EUA (LAFEBER, 1984, p. 19). Apesar de desejarem a independência das nações vizinhas, os EUA não atuaram diretamente em nenhum dos movimentos locais. Apenas no século XIX é que se posicionaram oficialmente sobre as nações vizinhas e se tornaram figura ativa e presente na política externa regional.

O processo de independência das nações do hemisfério em relação ao domínio europeu pode ser considerado o marco inicial das relações intercontinentais. Com o objetivo de demonstrar apoio aos movimentos de independência no continente, os EUA adotaram a doutrina Monroe como base de sua política externa, no ano de 1823. A doutrina foi a primeira política oficial que objetivava abordar assuntos ligados ao hemisfério. O texto original foi anunciado em 2/12/1823, no Congresso norte-americano. Em seu texto oficial, a doutrina que leva o nome do então Presidente James Monroe declarava que: “*The citizens of the United States cherish sentiments the most friendly in favor of the liberty and happiness of their fellow-men on that side of the Atlantic.*”⁴⁸

Ao declarar sua solidariedade aos habitantes do hemisfério, James Monroe frisava que, ao longo dos últimos anos EUA não haviam tomado partido em conflito que não ameaçasse de forma direta seus cidadãos e que interferir nos assuntos internos de outras nações não fazia parte de sua política: “*It is only when our rights are invaded or seriously menaced*

⁴⁸ Monroe Doctrine, 2 dez. 1823. Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=23&page=transcript>>. Acesso em: 1º out. 2010.

Anelise Suzane Fernandes Coelho

*that we resent injuries or make preparation for our defense.*⁴⁹

A intervenção só ocorreria quando a defesa interna fosse ameaçada. Os EUA reforçavam, no discurso da doutrina Monroe, o compromisso de não interferir com as colônias que existiam, porém afirmavam que qualquer agressão aos novos governos independentes da região seria considerada uma agressão aos EUA.

*With the existing colonies or dependencies of any European power we have not interfered and shall not interfere. But with the Governments who have declared their independence and maintain it, and whose independence we have, on great consideration and on just principles, acknowledged, we could not view any interposition for the purpose of oppressing them, or controlling in any other manner their destiny, by any European power in any other light than as the manifestation of an unfriendly disposition toward the United State.*⁵⁰

Ao declarar a doutrina Monroe os EUA estavam reagindo às disposições do Tratado de Viena⁵¹, assinado na Áustria em 1815, e rechaçavam qualquer tentativa de recolonização do continente por parte das potências européias. No século XIX, a doutrina Monroe foi a base da política externa dos EUA para a América Latina. Ao longo desse século, as influências econômicas e políticas da incipiente nação cresceram gradativamente, e os investimentos estadunidenses foram direcionando-se para o hemisfério, especialmente para a América Central. Em 1904, o Presidente Theodore Roosevelt, em sua mensagem anual ao Congresso norte-americano, anunciou um postulado que marcaria a expansão da doutrina Monroe, conhecido como corolário Roosevelt. A política apresentada afirmava que nação alguma tem o direito de cometer injustiça contra outra:

It is our duty to remember that a nation has no more right to do injustice to another nation, strong or weak, than an individual has to

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ O Tratado de Viena foi um acordo assinado em 1815, durante as reuniões do Congresso de Viena, convocado em função da derrota da campanha militar de Napoleão, com o objetivo de discutir a reorganização dos territórios europeus e de suas colônias. Durante as guerras napoleônicas muitas colônias aproveitaram o momento para declarar sua independência, e o Tratado de Viena procurou afirmar o direito europeu sobre essas regiões.

do injustice to another individual; that the same moral law applies in one case as in the other. But we must also remember that it is as much the duty of the Nation to guard its own rights and its own interests as it is the duty of the individual so to do.⁵²

Apesar de declarar a tolerância e o respeito entre as nações, independente de seu potencial bélico, econômico ou de qualquer outra natureza, Theodore Roosevelt lamentava a falta de um tribunal e de uma justiça internacional para arbitrar no caso de conflitos entre nações. Diante desse cenário, afirmou que um povo livre deve, a si mesmo e a toda a humanidade, não se omitir diante de poderes malignos, obrigando-o a intervir. O discurso continuava com a afirmação, a toda e qualquer nação do hemisfério, de que tudo que os EUA desejavam era que permanecessem estáveis, ordenadas e prósperas e que qualquer país, cujo povo se conduzisse corretamente, poderia contar com a profunda amizade e não precisaria temer qualquer interferência dos EUA. Em casos em que a situação política fosse oposta aos interesses dos EUA, ficaria garantido, por meio do corolário, o direito de intervir no Hemisfério Ocidental. Por fim, com as palavras retiradas do texto original, o postulado definia que:

We would interfere with them only in the last resort, and then only if it became evident that their inability or unwillingness to do justice at home and abroad had violated the rights of the United States or had invited foreign aggression to the detriment of the entire body of American nations. It is a mere truism to say that every nation, whether in America or anywhere else, which desires to maintain its freedom, its independence, must ultimately realize that the right of such independence can not be separated from the responsibility of making good use of it.⁵³

A doutrina Monroe e o corolário Roosevelt, apesar de terem discursos que, à primeira vista, parecem positivos para as relações continentais, tiveram um efeito perverso. Em destaque o discurso ambíguo do corolário, que deu aos EUA o poder de julgar e punir as nações do

⁵² Trecho do discurso de Theodore Roosevelt, proferido no Congresso, em 6 dez. 1904. Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=56&page=transcript>>. Acesso em: 1º out. 2010.

⁵³ Corolário Roosevelt.

Anelise Suzane Fernandes Coelho

continente, as quais que agissem de forma desfavorável aos interesses econômicos e políticos norte-americanos. Eles se outorgaram o poder de um tribunal internacional e, por consequência, utilizaram esse mecanismo de intervenção para garantir seus objetivos. Exemplos dessa afirmação são inúmeros. Em 1903, ano anterior à verbalização da nova política, Theodore Roosevelt havia ajudado o Panamá a obter a independência perante a Colômbia e começado a construção do Canal do Panamá, que ligaria o Oceano Atlântico ao Pacífico.

O historiador Walter Lafeber argumenta que o corolário Roosevelt desvirtuou completamente o significado original da doutrina Monroe. A intenção original da doutrina era de proteger o continente de intervenções externas (europeias). Depois de 80 anos, ela passou a significar que a América Latina deveria ser controlada pela intervenção dos EUA:

“Of Course that the view completed reversed the meaning of the Original Doctrine. Monroe and Adams had originally intended it to protect Latin American Revolutions from outside (That is, European) interference. Eighty years later the power balance had shifted to the United States, and the doctrine itself shifted to mean that Latin America should now be controlled by outside (that is, North America) intervention if necessary. (LAFEBER, 1984, p. 38).

Ao fim de seu mandato, Theodore Roosevelt foi substituído por William Howard Taft e pelo secretário de Estado, Philander C. Knox. Eles procuraram substituir o *big stick*⁵⁴ militarista de Theodore Roosevelt por uma forma de intervenção mais sutil. Em busca de estabilizar o hemisfério e beneficiar seus investidores, os estadunidenses procuraram introduzir uma política de investimentos na região e, dessa forma, alterar a desculpa para a intervenção, que não mais se focalizaria na desmobilização de revoluções, mas na defesa dos investidores norte-americanos. Essa nova tática política ficou conhecida como a “diplomacia do dólar”. Segundo Walter Lafeber, essa política de ação unilateral abriu precedente histórico para a aplicação global do poder estadunidense, anos depois.

O sucessor de Taft, Woodrow Wilson, se destacou por sua atuação nos debates pós-Primeira Guerra Mundial, por isso é um nome lembrado

⁵⁴ Foi o nome pelo qual a prática de envio de militares para intervir em conflitos na América Latina ficou conhecida.

mundialmente entre os dos presidentes dos EUA. Wilson procurou tratar a América Latina de forma mais igualitária, sendo até mesmo hostilizado por Theodore Roosevelt (LAFEBER, 1984, p. 38). Para Lafeber, Wilson acreditava em três situações: a virtude da ordem, o mal da revolução e os benefícios dos investimentos estadunidenses. Apesar de uma retórica anti-imperialista, os atos do então presidente eram similares aos de seus sucessores.

A política intervencionista foi a base da política externa estadunidense por mais de um século. Foi apenas no governo de Franklin Delano Roosevelt que ela oscilou em outra direção. A questão é que, a mudança trazida pelo “outro Roosevelt”, foi, em grande parte, decorrência da situação política e econômica interna dos EUA. Na década de 20, eles já eram uma das maiores economias do mundo. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o mercado estava aberto, e a indústria estadunidense crescia a todo o vapor. Em sua participação no processo de reconstrução das nações envolvidas no conflito, o país viu sua economia crescer de tal forma que parecia que o bom momento jamais acabaria, porém o ano de 1929 marcou a história do país e pegou milhares de pessoas de surpresa. Uma crise econômica, causada pela queda da Bolsa de Valores, afetou profundamente, não só a economia estadunidense, mas também a economia mundial. O então Presidente Herbert Hoover (1929-1932) não foi capaz de controlar a crise econômica. Durante seu mandato a economia do país agonizava, e as políticas de seu governo não obtiveram os resultados esperados. A crise do país refletiu-se nas urnas.

Foi apenas no governo de Franklin Delano Roosevelt que a situação econômica começou a apresentar algumas melhoras. No plano da economia interna, Roosevelt adotou medidas transformadoras da economia. O pacote *New Deal* foi adotado com base na teoria econômica do Estado do Bem-Estar Social⁵⁵, do economista John Maynard Keynes. Era composto de diversas ações do governo na tentativa de estimular a economia. No plano externo, especialmente no que se refere à América Latina, o novo presidente adotou uma postura que mudaria, por

⁵⁵ O Estado do Bem-Estar Social é parte da teoria econômica de Maynard Keynes, contrastando com a política liberal ao afirmar a necessidade de o Estado interferir na economia.

Anelise Suzane Fernandes Coelho

aproximadamente 15 anos, sua tradição de política externa. Já em seu primeiro discurso como presidente dos EUA, Franklin Roosevelt anunciou sua diretriz política para com a América Latina, em 4/3/1933:

In the field of word policy I would dedicate this Nation to the policy of the good neighbor – the neighbor who resolutely respects himself and, because he does so, respects the right of the others – the neighbor who respects his obligations and respects the sanctity in and with a world of neighbors.⁵⁶

A “política da boa vizinhança”, já no primeiro dia de governo de Franklin Delano Roosevelt, alterou a forma de atuação dos EUA no hemisfério. O país ausentar-se-ia de uma prática recorrente na América Central, o envio de *marines*⁵⁷ aos países da região, toda vez que um governo tomava uma atitude contrária aos objetivos norte-americanos. A política parece, à primeira vista, um ato de bondade vertical, unilateral e decorrente da boa vontade dos EUA. A situação, porém, era muito mais complexa que isso. A crise de 1929 desestruturou a economia do país e fez com que o desemprego e a inflação atingissem níveis altíssimos. A criminalidade e os *gangsters* passaram a ameaçar a administração e a segurança pública. Em resumo, o país precisava se focar nos problemas internos. Intervenções militares eram onerosas para o Estado e traziam custos econômicos e políticos.

Com a adoção dessa nova política externa, a América Latina se tornou menos dependente dos EUA. O momento seria propício para mudanças políticas internas, mas o que se viu a princípio foi um *boom* de regimes autoritários, e uma verdadeira onda ditatorial assolou o continente. Os regimes ditatoriais na região se fortaleceram muito em consequência da crise econômica. Alain Rouquié nomeou os líderes autoritários que se instalaram na América Latina naquele período de “ditadores da depressão”. Apesar dessa à crise econômica, da mesma forma que esses governos ditatoriais se estabeleceram, não obtiveram proteção especial contra seus opositores, como haviam conseguido anteriormente os governos que os

⁵⁶ Franklin Delano Roosevelt. Discurso de posse proferido em 4 mar. 1933. Disponível em: <<http://www.archives.gov/education/lessons/fdr-inaugural/>>. Acesso em: 1º out. 2010.

⁵⁷ Parte das forças militares estadunidenses divididas em *Marines*, *Navy*, *Army* e *Airfoce*.

antecederam. Um exemplo desse fato foi a Revolução Guatemalteca de 1944, inspirada por discursos democráticos e contra a tirania, anunciados pelas potências aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, a juventude e os Intelectuais do país se rebelaram contra o governo do ditador Jorge Ubico y Castañeda. Embora Jorge Ubico tenha trabalhado em favor dos investimentos estadunidenses em seu país, o fato de ser um governante autoritário desagradou ao vizinho do norte. A revolução local de 1944 não recebeu nenhum apoio estadunidense, porém não foi reprimida pelo poder externo. Os reflexos democratizantes da “política da boa vizinhança” começavam a ser sentidos no hemisfério.

O não-intervencionismo na América Latina perdurou até 1947, no governo de Harry Truman. Mudanças no cenário mundial levaram os EUA a alterar novamente os rumos de sua política externa. Entender o governo de Henry Truman é fundamental para perceber a política que guiou a atuação do país no continente durante o período caracterizado pela guerra fria. O historiador Eric Hobsbawm dedicou um capítulo de *A era dos extremos* à análise do período em questão. Com o objetivo de definir o que entendemos por guerra fria, partiremos da análise de Eric Hobsbawm e do historiador Noam Chomsk, em seu livro *Contendo a democracia*.

Analisando a guerra fria, o historiador Eric Hobsbawm afirmou que, depois da Segunda Guerra, o mundo ter-se-ia envolvido em uma “Terceira Guerra Mundial”, todavia essa guerra deveria ser bem peculiar. Baseando sua análise nas idéias do pensador Thomas Hobbes ele afirmou: “*A guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida.*” Pode-se considerar que a constante tensão que se instalou entre os EUA e a União Soviética (URSS) após a Segunda Guerra Mundial foi um desses momentos (HOBSBAWN, 1994, p. 223).

A peculiaridade da guerra fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. (HOBSBAWN, 1994, p. 226).

Anelise Suzane Fernandes Coelho

Tanto o historiador Eric Hobsbawm como Noam Chomsky concordam que os EUA foram o principal difusor do medo e tensão no período.

Uma variante crítica afirma que a percepção da ameaça soviética foi exagerada; os perigos eram menos extremos do que pensávamos. As medidas políticas norte-americanas, a despeito de sua intenção nobre, foram baseadas num mal-entendimento e num erro de análise. Uma análise ainda mais aguda sustenta que o confronto das superpotências resultou de uma interação em que os Estados Unidos também desempenharam um papel (um papel preponderante, para alguns analistas), e que o contraste não se dá simplesmente entre pesadelo e defesa da liberdade, porém é mais complexo – na América Central e no Caribe, por exemplo. (CHOMSKY, 2003, p. 23).

Na nova dinâmica mundial, a URSS aparentemente permaneceu na defensiva. Não parece ter havido uma estratégia sistemática para estender seus domínios. Contudo, mesmo sem a URSS atuar ativamente na expansão do comunismo na América Latina, os EUA insistiam em caracterizar todo e qualquer ideário comunista como soviético. Acusavam os partidos comunistas de serem instrumento do expansionismo soviético. Segundo os EUA, não existia um comunismo ou socialismo típico da região, mas todo partido comunista fazia parte da estratégia soviética de se inserir e interferir na região (IMMERMAN, 1984) Para “conter o avanço comunista no hemisfério”, a administração Truman estruturou a política da contenção e criou mecanismos para acentuar as relações com a América Latina. São essas ações que nos interessam.

2 ADMINISTRAÇÃO TRUMAN

Harry Truman foi eleito vice-presidente dos EUA, em 1944. Membro do Partido Democrata foi vice de Franklin Delano Roosevelt. Entretanto, o estado de saúde do presidente se deteriorava a cada dia e em 12/4/1945 Roosevelt faleceu. Harry Truman assumiu a Presidência do país, que vivia os momentos finais da Segunda Guerra Mundial. O Presidente Truman atuou como representante do país na Conferência de Postam⁵⁸, em 1945.

⁵⁸ A Conferência de Potsdam ocorreu logo após o término da guerra, em agosto de 1945. O encontro ocorreu em Potsdam, na Alemanha. Os líderes aliados decidiram que a Alemanha seria dividida em quatro zonas sob a administração francesa, britânica,

No momento em que Truman assumiu a Presidência, já possuía a confirmação do sucesso com os testes atômicos e foi um dos responsáveis pelo lançamento das bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki. Ainda em seu primeiro ano de governo, a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim, e com isso o mundo passou a viver uma tensão diferente. O grande temor do período pós-guerra era relativo a um possível enfrentamento entre as duas principais potências mundiais no momento. O mundo passou a temer a guerra nuclear.

Para o historiador Irvin Gordon (1984, p. 601), a política externa dos EUA, no período denominando guerra fria, tinha como objetivos a salvaguarda dos interesses nacionais e a tentativa de evitar um conflito nuclear. Os EUA se delegaram a obrigação de “[...] ajudar outras nações a melhorar suas condições sociais e econômicas e a promover a democracia no mundo.” Mas o ponto principal era a proteção das nações amigas e aliadas contra o que eles denominaram “comunismo expansionista”. O autor, entretanto, não problematiza o fato de o discurso oficial ter sido bem diferente da realidade, especialmente no que se refere a “melhorar as condições sociais e econômicas” das outras nações e da “promoção da democracia”. Em muitos locais, a política foi oposta a esses ideais, pois lutaram contra o comunismo fortalecendo regimes autoritários e com projetos conservadores. Procuraram barrar as reformas sociais e econômicas que, em muitos casos, foram tachadas de influência comunista. A América Latina pôde ilustrar bem essa afirmação, já que, da década de 50 em diante, a luta contra o comunismo deu origem a diversos governos autoritários.

A América Latina gozava de certa autonomia política no princípio da administração Truman. Em 1945, a “política de boa vizinhança”, de Roosevelt, ainda era mantida em prática. Entretanto, o cenário mundial estava mudando de tal forma que conter a URSS passou a assunto prioritário na agenda da política externa estadunidense. O foco principal das relações externas dos EUA eram as relações com a Europa, porém, ao contrário do que diversos autores e líderes políticos do momento diziam, as relações com a América Latina não foram negligenciadas. Em 1947, o Secretário de Estado da administração Truman, George Catlett Marshall, anunciou o plano de assistência econômica para países europeus. O projeto

Anelise Suzane Fernandes Coelho

recebeu o nome de Plano Marshall⁵⁹. O historiador Carlos Fico (2007, p. 21) explica:

A situação de ruína do Velho Continente era incompatível com o estabelecimento de uma economia internacional fundada no livre-comércio, na conversibilidade das moedas, na abertura dos mercados e, não menos importante, na liderança norte-americana.

Diante de tal cenário, o plano de ajuda foi criado, objetivando a reconstrução da estrutura capitalista europeia. A América Latina já estava inserida nessa realidade capitalista, por isso não obteve naquele momento uma política de investimentos semelhante.

A prioridade inicial de Truman não era em relação ao hemisfério, seu compromisso era de promover o capitalismo no mundo. Stephen Rabe (1988, p. 12) afirmou:

The United States emerged from World War II as the world's dominant Power with global ambitions and responsibilities; regional concerns would be subordinated to the larger task of rebuilding Europe and Japan and containing the Soviet Union.

Ao proclamar o Plano Marshall, Truman oferecia apoio e suporte para os países europeus com o objetivo de atraí-los para a esfera de influência dos EUA. A Europa passava por um momento delicado e de diversas mudanças – um momento de reestruturação pós-guerra. Nesse sentido, o Plano Marshall foi uma das medidas mais importantes tomadas pela administração Truman. O ano de 1947 foi marcante para a política externa estadunidense. O Plano Marshall, relacionado à política externa, foi a primeira grande medida tomada nesse ano. A vitória da URSS e seu fortalecimento fizeram crescer a influência comunista no “Velho Continente”. Os EUA se posicionavam claramente como opositores dessa ideologia e, diante da ameaça de tal crescimento, procuraram fortalecer aliados norte-americanos, na área que, à princípio, parecia de prioridade máxima. Não que a América Latina não continuasse considerada a região especial, pois o Departamento de Estado dos EUA insistia em que depois da

⁵⁹ Programa de recuperação que financiou a reconstrução da Europa por meio de ajuda econômica dos EUA. Entre 1948 e 1951, foram investidos aproximadamente U\$ 13 bilhões.

guerra o Hemisfério Ocidental se tornasse esfera de influência exclusiva dos EUA e se colocasse além da interferência das Nações Unidas. Para Lafeber (1984, p. 89): “*The new world had to remain solely under U. S. Supervision.*” Mas a dinâmica mundial já era outra.

A repercussão da aliança econômica entre EUA e Europa foi grande no Hemisfério Ocidental. A reação dos líderes latino-americanos foi praticamente imediata. Historicamente os EUA se anunciavam parceiros da região. A Segunda Guerra afetou o Continente Americano, principalmente no setor econômico. Com a diminuição dos mercados exportadores, o continente acostumado a uma política econômica de exportação, passou, em diversos locais, pelo processo de substituição de importações (ROUQUIER, 1991). O continente, de forma geral, enfrentou dificuldades econômicas durante a guerra, entretanto, mesmo assim, se aliou aos EUA, participando do conflito direta ou indiretamente. Por seu apoio e pelo histórico de parceria com os EUA, após a guerra e, principalmente, após a divulgação do Plano Marshall, os principais líderes da região requisitaram auxílio econômico e uma política externa clara para as relações intercontinentais. Contudo, no entender de Carlos Fico (2007, p. 21): “*Para a América Latina restaram, quando muito, sugestões e conselhos baseados no receituário da internacionalização da economia mundial.*”

O Plano Marshall fez o hemisfério aumentar suas expectativas em relação a perspectivas de obter ajuda financeira. “*At the Rio Conference, Latin American delegates wanted to focus on economic cooperation, but Marshall persuaded them to wait until meeting in Bogotá.*” (RABE, 1988, p. 17) Segundo o autor, as nações latino-americanas, entre 1945 e 1952, receberam menos ajuda econômica juntas do que Bélgica e Luxemburgo. No que tange às relações com a América Latina, no ano de 1947, foi organizado um encontro na cidade do Rio de Janeiro no qual foram discutidas as demandas da região. O grande desejo dos líderes do hemisfério era o de obter ajuda econômica dos EUA, o que não ocorreu, deixando certo clima de frustração ao fim da Conferência Interamericana, realizada no Rio de Janeiro. Mesmo quando interpelado no Rio de Janeiro, durante a Conferência Interamericana sobre defesa do continente, o secretário de Estado, George Marshall, afirmou que o desenvolvimento latino-americano não passaria por um plano nos moldes do plano de ajuda europeu. A respeito das ambições dos EUA, essas sim foram obtidas,

Anelise Suzane Fernandes Coelho

pois a aliança de ajuda mútua foi assinada e seus objetivos foram alcançados. Foi assinado um acordo de aliança militar continental, o “Tratado Interamericano de Assistência Recíproca”, conhecido como *Rio Pact*, que tinha como objetivo prever e repelir ameaças e atos de agressão contra qualquer país signatário no Hemisfério Americano. (ROUQUIER, 1991)

O Departamento de Estado disse aos líderes latino-americanos repetidamente que poderiam obter os investimentos que procuravam tão desesperadamente, criando um “clima atrativo” para investidores internacionais e retirando as barreiras impostas para a transferência de capital e lucros (RABE, 1988, p. 17). A administração de Truman se opunha vigorosamente ao nacionalismo regional. Em oposição a essa política de governo, os EUA foram acusados por seus parceiros históricos no continente de “negligenciar” a região.

Ao longo de seu governo Harry Truman adotou uma política externa assumidamente anticomunista. As estruturas do poder mudaram. O Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council – NSC*) foi criado em 1947. O objetivo do conselho era promover um ambiente de discussão coeso para elaborar políticas de segurança em longo prazo. O Conselho de Segurança Nacional é um órgão que funciona como um fórum de discussões de assuntos relacionados à segurança nacional e a questões relacionadas com a política externa do país. Desde sua criação, durante o governo Truman, mediante o *National Security Act*, de 1947, lei que criou as bases da institucionalidade de defesa e inteligência do pós-guerra⁶⁰, o conselho tem orientado e dado assistência, nos assuntos de sua alçada, aos presidentes. O Conselho Nacional de Segurança formado pelo presidente, vice-presidente, secretário de Estado, secretário do Tesouro, secretário de Defesa e do assistente da Presidência para Assuntos de Segurança Nacional. A junta dos chefes militares participa com a presença do oficial militar de maior *ranking* nas Forças Armadas do país, como conselheiro militar, e o diretor da Inteligência Nacional atua como conselheiro de inteligência. O chefe da Casa Civil (*President Chief of Staff*) e o assistente

⁶⁰ O *National Security Act* foi um decreto assinado pelo então Presidente Harry Truman, criando a Força Aérea Estadunidense (USAF), a Agência Central de Inteligência (CIA) e estabelecendo o *National Security Council*.

do presidente para política econômica são convidados para frequentar as reuniões do conselho. O advogado-geral e o diretor orçamentário e de gerenciamento são convidados para reuniões em que o assunto lhes seja pertinentes. Os chefes de outros departamentos executivos e agências governamentais, assim como outros oficiais seniores, podem ser convidados para algumas reuniões específicas.⁶¹

O conselho surgiu em um momento no qual as mudanças na dinâmica política mundial se estavam acentuando. O medo da expansão soviética imperava no governo estadunidense. Ainda em 1945, o diplomata estadunidense George Kennan afirmava a necessidade de conter o expansionismo soviético. George Kennan foi “*chargé of the American Embassy in Moscow*” e, por sua proximidade com o governo russo, seu ponto de vista político era respeitado. (LAFEBER, 1972, p. 21). Para disseminar sua opinião sobre os soviéticos escreveu alguns artigos com o codinome de “Mr. X”. Kennan apontava tendências agressivas em Stalin – um desejo expansionista e destrutivo em relação a Washington. O cenário apresentado por ele, apontou para a necessidade dos EUA de conterem o ímpeto expansionista da URSS. As observações de Kennan acabaram por originar a “teoria da contenção”, presente na doutrina Truman, anunciada no ano de 1947, no Congresso norte-americano.

A doutrina Truman estava presente em uma das falas do então presidente, relacionadas à guerra civil em curso na Grécia. O embate entre o governo grego e o exército formado pelo Partido Comunista local foi um importante palco de ações ligadas à guerra fria. A esquerda e a direita grega disputaram o poder de 1946 a 1949. Diante de um papel de atuação global, os EUA acabaram envolvendo-se no conflito. Em 12/3/1947, Truman alegou a necessidade de fornecer ajuda econômica e militar para seus aliados, com o objetivo de prevenir a perda dos mesmos para a esfera soviética. No caso da Grécia, foi aprovado um grande plano de investimentos e ajuda para a luta contra o comunismo local. A doutrina Truman então se apresentava como a aplicação da teoria da contenção soviética. Foi colocada em prática uma política externa que procurava diminuir a influência soviética e conter esse poderio; para isso, os EUA se envolveriam sempre

⁶¹ Descrição do Conselho de Segurança Nacional. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/administration/eop/nsc>>. Acesso em: 13 out. 2010.

Anelise Suzane Fernandes Coelho

que necessário.

Segundo Eric Hobsbawm, provavelmente o período mais explosivo da guerra fria foi aquele entre a enunciação formal da doutrina Truman, em março de 1947, e abril de 1951, quando o presidente demitiu o General Douglas MacArthur, comandante das forças americanas na Guerra da Coreia. Esse foi o período em que o medo norte-americano de uma desintegração social ou revolução social nas partes não soviéticas da Eurásia não era de todo fantástico. Diversos acontecimentos apontavam para essa possibilidade. Além disso, em 1949, a China estava sob um governo socialista que, ao contrário de todos os outros governos, se dispunha de fato a enfrentar um holocausto nuclear e sobreviver. Qualquer coisa poderia acontecer (HOBSBAWN, 1994, p. 225-226).

Já sobre a direção da doutrina Truman, em 1948, ocorreu mais um encontro entre os principais líderes do Hemisfério Americano, dessa vez em Bogotá, na Colômbia. Nesse encontro, foi assinado o documento de criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja sigla em inglês é OAS. Em seu documento de criação previa que a instituição teria o seguinte caráter:

The American States establish by this charter the international organization that they have developed to achieve an order of peace and justice, to promote their solidarity, to strengthen their collaboration, and to defend their sovereignty, their territorial integrity and their independence. Within the United Nations, the organization of the American States is a regional agency.⁶²

No documento de criação da OEA, são detalhados os pontos principais da agência e de seus propósitos. Está definido em seu texto que a organização tem cinco propósitos fundamentais: fortalecimento da paz e da segurança no continente; prevenção de dificuldades e atuação na resolução pacífica de conflitos entre membros; ação comum em caso de agressão a membros da organização; procura de soluções para problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgissem entre os membros; cooperação no desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Para atingir seus objetivos, o texto segue com diversos artigos

⁶² Trecho retirado do documento de criação da Organização dos Estados Americanos presente no livro *Latin America in world politics*, de Norman Bailey, p. 185.

sobre variadas questões. A OEA foi, e ainda é, uma organização ativa. As principais questões continentais foram discutidas em suas reuniões, como, por exemplo, a Conferência de Carácas, em que se discutiu a situação da Guatemala às vésperas da intervenção da CIA e a crise dos mísseis de Cuba, entre outros assuntos.

No final de 1948, a administração Truman havia decidido sua política para o hemisfério: ele não teria relações com governos comunistas na América Latina e defenderia uma política econômica baseada no livre comércio e em investimentos privados (RABE, 1988, p. 18). Durante o segundo mandato de Truman, o novo secretário de Estado, Dean Acheson, e o secretário assistente, Edgar G. Miller Jr., continuaram a aplicar essa política. O que mudou foi o impacto da guerra fria na administração Truman. Acheson marcou o tom do relacionamento com a América Latina em 1949, quando, em um discurso na Sociedade Pan-Americana, afirmou que era um período de grandes mudanças nas relações com a América Latina, em muitos anos, que, apesar de alguns desapontamentos com a “queda” de alguns governos eleitos de forma livre, o objetivo era promover a democracia e que não havia previsão de um “Plano Marshall” para a região (RABE, 1988, p. 18).

The State Department was true to Secretary Acheson's words. It continued to postpone indefinitely an inter-American economic conference, and it repeatedly informed Latin America that 'the greatest single obstacle to economic development in Latin America is the slow rate of private foreign investments.' It also unsuccessfully tried to persuade Latin America to abolish the Economic Commission for Latin America, a U.N. agency. (RABE, 1988, p. 19).

A política de Truman mudou pouco de um mandato para outro. O que se acentuou em sua segunda administração foi a intolerância em torno do comunismo. No primeiro ano de seu segundo mandato, os soviéticos anunciaram que possuíam armas nucleares. Essa notícia impactou o mundo e, principalmente, a sociedade estadunidense. A notícia de que seu principal inimigo possuía armas nucleares acirrou o clima de terror e medo do período e, entre as consequências disso, as políticas anticomunistas tomaram um tom quase messiânico. Outra derrota no

Anelise Suzane Fernandes Coelho

cenário externo mundial na época foi a fundação da República Popular da China, mais uma razão para acentuar a hostilidade do momento.

Diante das tensões, as doutrinas essenciais que norteavam a política estadunidense foram a da contenção e a intimidação dissuasiva. O documento fundamental, norte-americano, da guerra fria foi o NSC-68, de abril de 1950. O ano de 1950 começou sob o signo da Resolução 68 do NSC prescrevendo um aumento brutal do orçamento e das ações para “barrar o avanço de Moscou”. Redigido pouco antes do início da Guerra da Coréia, anunciava que a guerra fria era real e estava em jogo a sobrevivência do mundo livre. A estrutura do texto dividia o mundo em dois polos opostos: de um lado, o mal absoluto; no outro, a sublimidade. A “força diabólica” busca a dominação do mundo e deveria ser suplantada para que o “virtuoso defensor de tudo que existe de bom” pudesse sobreviver para executar suas obras elevadas (CHOMSKY, 2003, p. 23).

O “projeto fundamental do Kremlin”, explica Paul Nitze, autor do memorando NSC 68, é “a subversão completa ou a destruição à força da máquina governamental e da estrutura da sociedade”, em todos os cantos do mundo que ainda não sejam “subservientes ao Kremlin nem controlados por ele. O propósito implacável do Estado escravagista, [é] eliminar o desafio da liberdade” por toda a parte. “A compulsão” do Kremlin “exige um poder total sobre todos os homens” no próprio Estado escravagista, e “uma autoridade absoluta sobre o resto do mundo”. A força maléfica é “inescapavelmente militante”, de modo que nenhum arranjo ou acordo pacífico é sequer pensável. (CHOMSKY, 2003, p. 24).

A própria existência da URSS constituía uma agressão, segundo o NSC 68. A acentuação do anticomunismo teve impacto direto na política para o hemisfério. Em um discurso, no ano de 1950, proferido por Edgar Miller, o histórico de intervenções dos EUA foi revisto como mal necessário. Em caso de ameaça comunista, esse tipo de medida poderia ser aplicado.

The doctrine of nonintervention incorporated in the OAS charter of 1948 was not absolute; if a member state was threatened by Communist political aggression, the OAS would have to act for the common welfare. (RABE, 1988, p. 21).

A América Latina, por ser uma área geoestratégica muito importante para os EUA, foi observada de perto. Apesar de que, na

administração Truman, o tão desejado apoio econômico não ter sido alcançado, no campo político os EUA atuaram ativamente na tentativa de evitar que a influência dos partidos comunistas se espalhasse pela região. Nesse momento, muitos países que se alinharam diretamente com os EUA proibiram a atuação dos partidos comunistas em seus territórios.

Um caso peculiar que vale a pena tratar foi o da Guatemala. Em 1944, ainda sobre os efeitos da “política da boa vizinhança” e os ideais democráticos proclamados pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, os estudantes, professores, profissionais liberais e trabalhadores urbanos organizaram um levante que derrubou o ditador Jorge Ubico y Castañeda. Uma revolução de caráter liberal acabou por eleger um professor como seu primeiro presidente. Juan José Arévalo governou a Guatemala de 1945 a 1950. Durante seu governo promoveu algumas reformas estruturais de caráter modernizante. Não era comunista, mas defendia a modernização do capitalismo por meio de um “socialismo espiritual”.

O contexto de reformas na Guatemala desagradou a investidores estadunidenses, entre eles a companhia fruteira United Fruit Company, que se empenhou em uma campanha para associar as reformas sociais com o comunismo. Algumas atitudes do governo do sucessor de Arévalo, Jacobo Arbenz, acentuaram as desconfianças. A principal foi, sem dúvida, a legalização do Partido Comunista no país. No ano de 1951 o partido foi legalizado.

Jorge Arbenz acentuou as reformas e permitiu a participação ativa de comunistas em seu governo. A política adotada por ele desagradou profundamente à administração Truman. O ápice da hostilidade foi o momento em que Arbenz promulgou a reforma agrária. A medida foi considerada uma agressão aos interesses dos EUA no país e, mesmo tendo assinado um pacto de cooperação, o Rio Pact, a administração Truman decidiu agir. Foi elaborada uma operação encoberta⁶³ com o objetivo de desestabilizar o governo de Arbenz: a Operação PBFORTUNE.

⁶³ O cientista político Marco Cepik considerou operações encobertas como “[...] atividades do governo para influenciar condições políticas, econômicas ou militares no estrangeiro, em que se pretende que esse papel do governo não seja aparente ou publicamente reconhecido [...]” Tal conceito opera como um guarda-chuva para um amplo leque de atividades situadas em uma zona cinzenta entre a diplomacia e a guerra. (FONTE ?)

Anelise Suzane Fernandes Coelho

A CIA, incipiente agência criada em 1947, foi colocada no comando e planejamento da operação. Por problemas operacionais, a ação acabou falhando, sendo substituída no governo Eisenhower pela operação PBSUCCESS, que culminou na queda de Arbenz.

O episódio da Operação PBFORTUNE demonstra como seria a relação dos EUA com a América Latina, de 1952 em diante. O anticomunismo foi a base desse relacionamento, e a CIA foi um dos principais atores da política externa norte-americana, de 1947 em diante. A OEA foi utilizada para votações contra qualquer tipo de posicionamento que parecesse comunista e como instrumento de pressão. O governo de Arbenz levantou o debate em torno da ameaça comunista no hemisfério. Em 1952, Dwight Eisenhower venceu as eleições, o republicano acabou com um período de quase duas décadas de predomínio democrata na política interna do país e adotou medidas mais diretas em relação ao continente. A OEA, o Rio Pact e a doutrina Truman foram as principais políticas para a América Latina. De 1945 a 1952, o tão esperado apoio econômico não ocorreu, o que houve verdade foi uma pressão para a abertura dos mercados internos aos investidores estrangeiros e a condenação do nacionalismo e das reformas nacionais.

3 CONCLUSÃO

A América Latina, ao contrário do que foi considerado por muitos analistas, historiadores e cientistas políticos, não foi negligenciada pela administração Truman. Diversas medidas foram tomadas com o objetivo de fortalecer e estreitar as relações entre os países da região e os EUA. A crítica que cabe ao período Truman é a da falta de um plano de ajuda econômica para a região, que por séculos atuou como aliada. As relações intercontinentais “esquentaram” em 1947. O Plano Marshall despertou certo ciúme do hemisfério em relação ao relacionamento dos EUA com a Europa. Entretanto, a criação da OEA, uma agência interamericana, nos moldes da ONU, com autonomia, um ambiente de discussão das temáticas referentes ao hemisfério, demonstrou claramente que a América Latina se encontrava na agenda dos EUA.

Deve ser considerada nesse contexto a nova posição de poder alcançada pelos EUA após Segunda Guerra. Acostumados a dedicar sua atenção quase por completo ao Hemisfério Americano por mais de um século, após a Segunda Guerra Mundial, os EUA se viram diante de um desafio novo: atuar em escala global na luta pela defesa de seus interesses. Para enfrentar o desafio que significava ser uma potência mundial, tiveram que ajustar a política externa. O período de Truman na Presidência foi justamente esse momento de ajuste. Nesse momento, os EUA passaram a receber demanda de diversos continentes, todos em busca de auxílio de uma nação, que já despontava como potência política, econômica e militar.

A América Latina teve que lidar, durante a administração Truman, com os EUA divididos. As ações benevolentes com a Europa aumentavam as pressões para atuação regional na mesma medida. Entretanto, os opositores foram categóricos ao afirmar que o hemisfério deveria procurar a iniciativa privada em busca de apoio. Apesar das discordâncias, os EUA investiram no mercado de armamentos na região, estimularam ao máximo a compra de artefatos bélicos e estimularam acordos de assistência mútua. Um detalhe das relações que deve ser ressaltado é a questão da OEA. A organização foi um espaço de debate democrático entre as nações e, ao mesmo tempo, um dos palcos da guerra fria no continente. Teve seus méritos, diferentemente do Conselho de Segurança da ONU, pois os EUA abriram mão do direito de veto, um aspecto interessante. A OEA não era um espaço transformador, contudo foi mais um instrumento dos EUA na luta anticomunista, como ficou claro em diversas situações. A OEA foi um espaço que condenava o comunismo e que atuava como meio de sanções a qualquer governo que parecesse simpático ao marxismo.

Por fim, fica a impressão de que a administração Truman procurou o debate em alguns momentos. Todavia, a atmosfera da guerra fria não parecia permitir que a “política da boa vizinhança” permanecesse. A doutrina Truman, o Rio Pact, a criação da OEA e o National Security Act de 1947 foram medidas que tiveram impacto no hemisfério e que refletiam a atmosfera da política interna dos EUA. Os presidentes que se seguiram optaram por dar maior ou menor ênfase às questões continentais, mas, apesar dessas variações, muitas das políticas desse período repercutiram

Anelise Suzane Fernandes Coelho

no continente até o fim da guerra fria. Entender esse período inicial é fundamental para compreender o desenvolvimento e as ações que se sucederam na América Latina, no período da guerra fria.

REFERÊNCIAS

BAILEY, Norman A. **Latin America in world politics**. New York: Walker, 1967.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo – os Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GLEIJESES, PIERO. **Shattered hope: the guatemalan revolution and the United States, 1944-1954**. New Jersey. Princeton University, 1991.

GORDON, Irving L. **American studies: a conceptual approach**. New York: Amsco School, 1984.

GRANDIN, Greg. **A revolução guatemalteca**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IMMERMAN, Richard H. **The CIA in Guatemala: the foreign policy of intervention**. Austin: University of Texas, 1982.

LAFEBER, Walter. **America, Russia, and the cold war: 1945-1971**. 2. ed. New York: J. Wiley, 1972.

_____. **Inevitable revolutions: the United States in Central America**. New York: Norton, 1984.

RABE, Stephen G. **Eisenhower & Latin America: the foreign policy of anti-communism**. The University of North Carolina, 1988.

ROUQUIE, Alain. **Guerras y paz en America Central**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

SCHILLING, Voltaire. **EUA X America Latina: as etapas da dominação**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

Anelise Suzane Fernandes Coelho

DOCUMENTOS CONSULTADOS

COROLÁRIO ROOSEVELT.

Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=56&page=transcript>>. Acesso em: 1º out. 2010.

DOCTRINA MONROE. Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=23&page=transcript>>. Acesso em: 1º out. 2010.

ROOSEVELT, Franklin Delano. Disponível em: <<http://www.archives.gov/education/lessons/fdr-inaugural/>>. Acesso em: 1º out. 2010.